

ACTA Nº01/2005

ACTA DA REUNIÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OURÉM, EM SESSÃO ORDINÁRIA, REALIZADA A QUATRO DE FEVEREIRO DO ANO DE DOIS MIL E CINCO. -----

-----Aos quatro dias do mês de Fevereiro, do ano de dois mil e cinco, pelas quinze horas, reuniu, em sessão ordinária, a Assembleia Municipal de Ourém, no edifício da antiga escola primária de Matas – Freguesia de Matas, convocada nos termos do número um do artigo quadragésimo nono e pela alínea b) do artigo quinquagésimo quarto da Lei número cento e sessenta e nove barra noventa e nove, de dezoito de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei número cinco A barra dois mil e dois, de onze de Janeiro, conforme anúncio público afixado por **edital, de 25 Janeiro do ano de dois mil e cinco**, com a seguinte:-----

-----**ORDEM DE TRABALHOS:** -----

-----**01 - Período de "ANTES DA ORDEM DO DIA"** -----

-----**01.01** – Apreciação e votação da acta nº05/2004, referente à sessão ordinária da Assembleia Municipal realizada em 2004.12.10; -----

-----**01.02** – Leitura resumida do expediente; -----

-----**01.03** – Actividade Municipal – Apreciação de uma informação do Senhor Presidente da Câmara Municipal, nos termos da alínea e) do nº1 do art.º 53º da Lei nº169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei nº5-A/2002, de 11 de Janeiro; -----

-----**01.04** – Intervenções de interesse local ou declarações políticas gerais. -----

-----**02- ORDEM DO DIA** -----

-----**02.01** – Apreciação e votação do pedido de autorização da Câmara Municipal relativo à «Desafectação do domínio público e integrar no domínio privado do Município, de uma parcela de terreno necessária à alteração do traçado na E.M. 534, na Quinta da Granja», conforme previsto na alínea b), do n.º4, do art.º53º, da Lei n.º169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º5-A/2002, de 11 de Janeiro – (grelha A); -----

-----**02.02** – Eleição de quatro membros da Assembleia Municipal para integrar a «*Comissão de Protecção de Crianças e Jovens em Perigo de Ourém*», conforme previsto na alínea l), do art.º17º, da Lei n.º147/99, de 01 de Setembro – (grelha A); -----

-----**02.03** – Apreciação e votação do pedido da Câmara Municipal relativo ao «*Interesse público da realocização da superfície comercial denominada Intermarché*» – (grelha B); -----

-----**02.04** – Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal relativamente ao «*Plano de Pormenor da Avenida Papa João XXIII, Fátima – área crítica de reconversão urbanística*», nos termos da alínea b), do n.º3, do art.º53º, da Lei n.º169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º5-A/2002, de 11 de Janeiro e ainda nos termos do art.º41º, do Decreto-Lei n.º794/76, de 05 de Novembro, a submeter a aprovação do Governo – (grelha A); -----

-----**02.05** – Período de intervenção aberto ao público. -----

-----Feita a chamada, verificou-se a presença dos membros da Assembleia Municipal, senhores:-----

- Albino Coelho Pereira; -----
- Albino dos Reis Oliveira;-----
- Amândio Paulo Rodrigues Pereira; -----
- António Marques das Neves;-----
- Deolinda de Jesus Lopes Simões; -----
- Fernando de Oliveira Ferreira; -----
- Helder António Vieira Alves; -----
- Humberto Lopes da Piedade; -----
- Humberto Luís Ferraz Antunes;-----
- João Pereira Trezentos; -----
- Joaquim Augusto de Oliveira Faria; -----
- Joaquim dos Reis Gonçalves; -----
- Jorge Manuel Reis Heleno; -----
- José Custódio Ribeiro Faria; -----

- José da Silva Pereira; -----
- José de Oliveira Fernandes; -----
- José Manuel Pereira Alho; -----
- José Maria Henriques de Sousa; -----
- Leonilde Santos Madeira Carreira da Conceição; -----
- Luís Vieira de Sousa Simões; -----
- Manuel de Oliveira Graça; -----
- Manuel Lourenço Dias; -----
- Manuel Rodrigues Antunes; -----
- Manuel Tavares Lopes; -----
- Manuel Xavier Teixeira Guerra; -----
- Maria Celeste Gonçalves Henriques; -----
- Maria Clara Vieira de Oliveira Neves; -----
- Maria Natália Oliveira Marques dos Santos; -----
- Nelson Carlos Lino Lopes; -----
- Nuno Filipe Reis Baptista; -----
- Orlando Sérgio Palmeiro Calado Cavaco; -----
- Pedro Miguel Rodrigues Fortunato; -----
- Sérgio Manuel Gameiro Fernandes. -----

----- Não compareceram, tendo justificado a respectiva falta, os membros da Assembleia Municipal, senhores: -----

- Carlos Alberto Ferreira Bucete; -----
- Filipe de Jesus Janeiro; -----
- José Ferreira Vieira; -----
- José Maria Ferraz de Oliveira; -----
- Luís de Sousa e Silva. -----

----- Não compareceu, nem justificou a respectiva falta o membro da Assembleia Municipal, senhor: -----

• João Miguel Caldeira Heitor. -----
 -----Deu início aos trabalhos desta sessão ordinária da Assembleia Municipal, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal que, após a verificação da existência de quórum, declarou aberta a sessão, pelas quinze horas e vinte minutos, tendo, de imediato, apresentado as boas vindas ao Executivo Camarário, que nos termos do número três do artigo quadragésimo oitavo, da Lei número cento e sessenta e nove, de dezoito de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei número cinco A barra dois mil e dois, de onze de Janeiro, se fez representar por parte dos seus membros, conforme se especifica: -----

-----Senhor Presidente da Câmara: -----

• David Pereira Catarino. -----

-----Senhores Vereadores em regime de permanência:-----

• Armando Ferreira Neto; -----

• João Manuel Moura Rodrigues; -----

• Vitor Manuel de Jesus Frazão. -----

----- Não compareceram os Vereadores em regime de não permanência, senhores:-----

• António Ribeiro Gameiro; -----

• Avelino da Conceição Subtil; -----

• Maria de São José Pereira Gil Ferreira. -----

-----De seguida, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal deu início aos trabalhos desta sessão ordinária, conforme Ordem de Trabalhos previamente estabelecida.-----

01 - PERÍODO DE "ANTES DA ORDEM DO DIA" -----

01.01 - APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA ACTA NÚMERO CINCO BARRA DOIS MIL E QUATRO, REFERENTE À SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, REALIZADA A DEZ DE DEZEMBRO DO ANO DE DOIS MIL E QUATRO. -----

-----A Senhora Presidente da Assembleia Municipal submeteu à apreciação, do plenário, a acta referida em epígrafe, cujo texto fora, previamente, distribuído a todos os membros da Assembleia Municipal. -----

-----Face ao exposto registaram-se as seguintes intervenções por parte dos membros da Assembleia Municipal, senhores: -----

= **FERNANDO DE OLIVEIRA FERREIRA**, apresentou a seguinte correcção: na página vinte e oito, vigésima linha, deve constar a palavra «... Orçamento **apresentado** nesta ...». -----

= **LEONILDE SANTOS MADEIRA CARREIRA DA CONCEIÇÃO**, corrigiu o seguinte: na página vinte, no final da vigésima quarta linha, em vez do ponto final, devia figurar um ponto de interrogação. -----

----- **De seguida, foi a acta submetida a apreciação do plenário, tendo a mesma sido aprovada por maioria, com três abstenções dada a ausência na reunião.** -----

01.02 - LEITURA RESUMIDA DO EXPEDIENTE.-----

-----A Senhora Presidente da Assembleia Municipal deu conta da entrada de diversa correspondência, registada no respectivo livro, que passou a ler e que a seguir se especifica: --

- ofício da Associação Nacional de Municípios Portugueses, número cento e cinquenta e seis barra dois mil e quatro, datado de dez de Dezembro, do ano transacto, remetendo informação acerca do «Programa Interreg III»; -----
- ofício do Agrupamento de Escolas do Olival, número setecentos e catorze, datado de treze de Dezembro, do ano transacto, remetendo um exemplar do «Jornal Escolar»; -----
- ofício da Associação Nacional de Municípios Portugueses, número cento e cinquenta e oito barra dois mil e quatro, remetendo cópia da posição final do seu Conselho Directivo relativamente à «Lei do Orçamento de Estado para 2005»; -----
- ofício da Associação Nacional de Municípios Portugueses, número dois barra dois mil e cinco, datado de trinta do Dezembro, do ano transacto, remetendo informação

- relativamente ao «Protocolo celebrado entre a Associação Nacional de Municípios Portugueses e a Associação Nacional de Freguesias»; -----
- ofício do Governo Civil do Distrito de Santarém, número um barra zero cinco, datado de seis de Janeiro do ano de dois mil e cinco, remetendo um exemplar das publicações «O Distrito de Santarém: Municípios, Gentes e Terras do Vale do Tejo» e «As Finanças Municipais no Distrito de Santarém em 2003»; -----
 - ofício da Associação Nacional de Municípios Portugueses, número cinco barra dois mil e cinco, datado de catorze de Janeiro do ano em curso, remetendo um exemplar dos «Estatutos da Associação Nacional de Municípios Portugueses»; -----
 - convite da Câmara Municipal de Ourém para visitar a exposição de pintura «Em busca de um sonho» da autoria de Hugo Nunes, a decorrer na Galeria Municipal de vinte e oito de Janeiro a vinte e sete de Fevereiro; -----
 - ofício da Comissão de Protecção de Crianças e Jovens em Perigo de Ourém, número cinquenta barra dois mil e cinco, datado de vinte e um de Janeiro, do ano em curso, agradecendo a forma como a Senhora Presidente da Assembleia Municipal desempenhou a função na qualidade de membro efectivo da citada Comissão, desde Fevereiro do ano de dois mil e três até ao momento; -----
 - ofício da Associação Nacional de Municípios Portugueses, número dez barra dois mil e cinco, datado de vinte e quatro de Janeiro, do ano em curso, remetendo informação relativamente às «Remunerações, compensações para encargos e senhas de presença dos Eleitos Locais para 2005»; -----
 - ofício do membro da Assembleia Municipal, Senhor José Manuel Pereira Alho, datado de vinte de Janeiro, do ano em curso, onde na qualidade de munícipe solicita esclarecimentos acerca do processo de construção das novas instalações do Intermarché na Corredoura. --
----- Antes da passar ao ponto seguinte da Ordem de Trabalhos, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal apresentou os seguintes documentos de reflexão: -----
 - Num gesto de solidariedade para com um membro da Assembleia Municipal que perdeu um

filho, fez a seguinte intervenção: “Há momentos na Vida em que o Homem esquece as diferenças, esquece as ideologias, esquece o mundo que o rodeia e fica reduzido à fragilidade da sua própria essência. Imagino que o perder um filho é algo que põe a descoberto toda a pequenez do ser humano e nos faz ficar errantes, perdidos sem porto de abrigo, carentes duma palavra ou de mão amiga. -----

A nossa colega de Assembleia, Leonilde Madeira, passou há pouco por esta vivência. Acredite minha cara amiga que fiquei sensibilizada pela sua coragem. Deu a todos os que a acompanharam, um grande exemplo de saber estar na Vida, aceitando com muito respeito e muita fé a vontade de Deus. Acredite que a sua postura me ajudou a encarar com mais coragem as tristezas e as dores que a Vida impiedosamente nos oferece. -----

Em meu nome pessoal e tenho a certeza de poder afirmar, em nome de toda a Assembleia peço-lhe que aceite os nossos sinceros e sentido pêsames, esperando que a sua dor se dilua a pouco a pouco, na recordação viva de todos os momentos bons que partilhou com o seu filho.

Com amizade, ficamos ao seu dispor.” -----

- Atendendo à actual realidade calamitosa da Ásia após a passagem do Tsunami no passado dia vinte e seis de Dezembro, informou de que na qualidade de Presidente da Assembleia Municipal e conjuntamente com os Senhores Presidentes de Junta de Freguesia do concelho, foi lançada uma campanha de solidariedade para com as vítimas daquela tragédia, tendo sido publicado para o efeito o seguinte texto: “PONTE DE SOLIDARIEDADE -----

Noite dentro ... não consigo dormir. Os olhos negros daquela criança que estende desesperadamente a mão em busca de algo que não encontra, perseguem-me enquanto luto ansiosamente para apagar aquela imagem, mergulhando no sono branqueador da tristeza, da dor, da mágoa. -----

Mas, é inútil. Aquele olhar continua presente e a crueldade da realidade sobrepõe-se à vontade momentânea de esquecer. -----

E os pensamentos sucedem-se sem sinal de fim de linha ... «parece-se com o meu João ... e se fosse ele que tivesse perdido o pai, a mãe, a avó, o avô, e não tivesse ninguém para ouvir os seus gritos?» -----

Mas, não é, graças a Deus. Mas podia ser ... -----

E, até podia ser o seu filho, sim, o seu, de si que está a ler estas linhas. Mas não, respire fundo de alívio como eu, porque também não é. É simplesmente uma criança talvez da Indonésia, do Sri Lanka, da Tailândia, não sei, só sei que é uma criança entre muitas de muitas a quem eu gostava de lançar uma ponte, uma ponte de mãos, de braços, de amor e poder aninhá-la nos meus braços e ajudá-la a olhar o céu azul e sorrir de novo. -----

Mas, eu sei, ou melhor, tenho a certeza de que você também pensou o mesmo e como eu, também sonhou em fazer algo por aquela criança que está só no Mundo ou por aquela velhinha seca como um vime que ficou sem casa, sem roupa, sem comida, ou por aquele homem de mãos vazias a quem aquela coisa horrível a que se chamou Tsunami roubou mulher, filhos, deixando-lhe unicamente um monte de entulho do que foi a sua casa. -----

Desafio-te. Tu que cantas a liberdade de sonhar, junta-te a mim, a outro e mais a outro e todos unidos de mãos dadas faremos a ponte da solidariedade e venceremos o maremoto do egoísmo, da indiferença, da inércia. -----

Aos senhores párocos, educadores, religiosos, empresários, apelo para dinamizarem os grupos em que estão inseridos e colaborarem com as nossas Juntas de Freguesia com a nossa Câmara e Assembleia Municipal de maneira a que, de 9 a 23 deste mês, convergindo todos no mesmo sentido possamos construir a ponte, a grande ponte de solidariedade que ajude a renascer o sorriso naquela criança, naquela velhinha, naquele homem de mãos vazias. -----

Criança, jovem, adulto, velhinho ... não me interessa a vossa raça, a vossa religião, ou a vossa cor política. Só me interessa que todos unidos mostremos ao Mundo que esta terra linda a que pertencemos, Ourém, saiba dizer obrigado à Vida, não ignorando nunca as suas responsabilidades na busca pela Liberdade e Felicidade do Homem. -----

Uma amiga sempre ao dispor de Ourém." -----

----- Mais informou de que foi aberta exclusivamente para este fim, a conta número 0891047364700 do balcão de Ourém da Caixa Geral de Depósitos, em seu nome e dos Presidentes de Junta de Freguesia de Freixianda e Espite, respectivamente senhores Humberto Lopes da Piedade e João Pereira Trezentos. -----

- Por fim, teceu um breve comentário relativamente à rubrica «*Mário Soares deve desculpas ao Poder Local e aos Eleitos*», publicada na folha de rosto do boletim da Associação Nacional de Municípios Portugueses, datado de Janeiro do ano em curso, onde se pode ler o seguinte: «...e referindo-se ao ordenamento do território, ter afirmado, designadamente, que “muita coisa má se deve ao Poder Local”, para, depois, acrescentar que “faz-se muito elogio do Poder Local, mas (por ele) passa hoje muita corrupção”.».

Na sua opinião, estas declarações não podem ser aceites dada a gravidade e forma injuriosa como é considerado o Poder Local e ainda por terem sido proferidas por alguém que já desempenhou as funções da mais Alto Magistrado da Nação. Por esta razão, considerou que o Dr. Mário Soares deve um pedido de desculpas ao Poder Local e bem assim aos Eleitos Locais.

-----**A ASSEMBLEIA FICOU INTEIRADA.**-----

01.03 - ACTIVIDADE MUNICIPAL – APRECIACÃO DE UMA INFORMAÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, NOS TERMOS DA ALÍNEA E) DO NÚMERO UM DO ARTIGO QUINQUAGÉSIMO TERCEIRO DA LEI NÚMERO CENTO E SESSENTA E NOVE BARRA NOVENTA E NOVE, DE DEZOITO DE SETEMBRO, COM AS ALTERAÇÕES INTRODUZIDAS PELA LEI NÚMERO CINCO A BARRA DOIS MIL E DOIS, DE ONZE DE JANEIRO.

----- O Excelentíssimo Presidente da Câmara tomou a palavra para apresentar uma informação acerca da actividade municipal, a qual foi elaborada nos termos e em cumprimento do disposto na alínea e) do número um do artigo quinquagésimo terceiro da Lei número cento e sessenta e nove barra noventa e nove, de dezoito de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei cinco A barra dois mil e dois, de onze de Janeiro, e que a seguir se reproduz: -----

Informação: “Senhora Presidente da Assembleia Municipal, -----

Senhores Secretários, -----

Senhores Deputados Municipais, -----

Ainda no início deste ano 2005, cumprimentamos V. Exas., formulando votos de plena satisfação ao nível profissional e pessoal. -----

Conforme nos cumpre, nos termos da lei, passamos a prestar informação sobre a actividade municipal, particularmente sobre o que de mais relevante se passou desde a última sessão ocorrida em 10 de Dezembro último. -----

Julgamos importante também fazer breve referência a cada um dos objectivos dos nossos instrumentos previsionais, de forma que os Srs. Deputados municipais possam ter conhecimento geral das diversas acções em curso. -----

Vamos referir-nos a cada um dos objectivos. -----

1. EDUCAÇÃO -----

Enquanto concluímos alguns projectos para situações mais urgentes (Jardim de Infância de Atouguia e ampliação do Jardim de Infância de Urqueira) estamos a avançar com outros projectos de instalações escolares e a proceder à elaboração de um documento global sobre o concelho que estabeleça as prioridades e a sustentação técnica para as diversas opções, em termos de instalações e rede de transportes. -----

Podemos entretanto informar que temos já as soluções de terrenos para obras novas em Fátima, Vilar dos Prazeres e Seiça. -----

É com satisfação que informamos ter entregue a todas as escolas do primeiro ciclo do ensino básico computadores, impressoras e software educativo diverso, num investimento global de cerca de 80.000,00 Euros. -----

Após aprovação de candidatura que apresentámos, faremos idêntica distribuição aos jardins de infância. -----

Sobre este objectivo da educação, gostaríamos de informar que estamos a efectuar vistorias a todas as redes de gás dos diversos edifícios, de forma que se possa proceder às necessárias correcções que decorrem da lei que está em vigor. -----

Os próximos anos vão exigir grande volume de investimentos na requalificação do parque escolar, para responder à nova realidade da redução do número de alunos das pequenas aldeias e do aumento nos maiores centros. -----

2. CULTURA, DESPORTO E TEMPOS LIVRES -----

No final do mês de Dezembro, a Câmara deliberou atribuir os subsídios às associações desportivas e culturais, num montante global de 325.000,00 Euros, para apoio ao investimento e à actividade. -----

Nesta atribuição, procurámos mais uma vez criar condições para a dinâmica associativa que por todo o concelho existe e que, em nossa opinião, muito contribui para a qualidade de vida da nossa população. -----

Para além da verba referida, temos celebrado contratos-programa com algumas associações para investimentos de maior vulto. -----

Destacamos aqui os contratos-programa com o Clube Desportivo Vilarense para um relvado sintético e obras diversas no seu parque desportivo (o relvado sintético foi inaugurado em 9 de Janeiro último) e com a União Desportiva do Pinheiro e Cabiçalva que vai permitir concluir a construção de um pavilhão desportivo há muito iniciado. -----

Estamos a preparar contratos-programa com o Clube Atlético Ourense e com o Centro Desportivo de Fátima para colocação de relvados sintéticos nos seus recintos de futebol. -----

Informamos que está em fase de conclusão o estádio municipal de Fátima e estão a decorrer os arranjos exteriores dos pavilhões de Caneiro e Freixianda. -----

Em estado muito adiantado está também a piscina de Caxarias. -----

Reportando-nos ao património, queremos informar V.Exas. de que os técnicos da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais iniciaram já os estudos no castelo para avaliação das possibilidades de instalação de um museu dedicado ao vinho. -----

Ainda com intervenção da Câmara Municipal, está a decorrer a reabilitação da igreja antiga do Olival, iniciámos o processo tendente à reabilitação da capela da Perucha (Freixianda) e estamos ainda a tratar do processo de cedência da capela de S. Sebastião à Câmara Municipal. -----

Nas antigas cadeias, com apoio financeiro do Programa Leader, vamos instalar um espaço para promoção do vinho medieval de Ourém constituído por um pequeno espaço comercial e uma taberna. -----

3. ACÇÃO SOCIAL -----

Por altura de Natal, para além das inúmeras visitas que efectuámos a associações desportivas e culturais e a estabelecimentos educativos, visitámos também instituições particulares de solidariedade social. -----

Num tempo em que só é notícia o que de mau acontece, em que vem ao de cima um desejo mórbido de auto-flagelação, gostaríamos de pôr em relevo o trabalho que por todo o concelho se faz ao serviço dos mais desprotegidos, particularmente os idosos, as crianças e jovens com problemas de diversa natureza. -----

4. SAÚDE -----

Na política de construção de edifícios multiusos onde se incluem instalações adequadas para apoio aos cuidados de saúde primários, podemos informar que estão já a decorrer as obras de arranjos exteriores em Freixianda, está a decorrer a elaboração do projecto para Caxarias e temos já terreno para podermos avançar com o projecto para Vilar dos Prazeres. -----

5. HABITAÇÃO E URBANISMO -----

Enquanto decorre o processo de elaboração do Plano de Urbanização de Ourém, estamos em fase de adjudicação de Planos de Pormenor para as zonas industriais e para o equipamento turístico de Caxarias (golfe). -----

Está também a decorrer a elaboração do Plano de Urbanização de Caxarias. -----

Foi já aberto concurso para elaboração do Plano de Urbanização de Freixianda. -----

A remodelação da rede eléctrica da zona histórica será feita a curto prazo pois as propostas para a empreitada estão já em apreciação. -----

A Câmara adjudicou recentemente a instalação de semáforos e limitadores de velocidade na EN 360, mais conhecida como estrada de Minde, com o objectivo de pôr termo ao número de acidentes, muitos deles mortais, que ali tem ocorrido. -----

Julgamos importante informar a Assembleia Municipal de que continuam a decorrer a elaboração de projectos e plano de pormenor para a grande intervenção em Fátima, na envolvente da nova basílica. -----

A esta sessão, submetemos já uma primeira parte do processo – a aprovação da Área Crítica de Recuperação e Reconversão Urbanística a propor ao governo. -----

Informamos que a Divisão de Ordenamento do Território da Câmara Municipal de Ourém obteve há poucos dias a certificação da qualidade, após auditoria pela APCER. -----

6. SANEAMENTO E SALUBRIDADE -----

É com satisfação que informamos que o sistema de saneamento de Fátima deverá entrar em funcionamento em Maio. -----

Prosseguem neste momento os trabalhos de reabilitação dos túneis de saneamento de Fátima para uma dupla função de saneamento pluvial e doméstico. -----

Julgamos relevante informar que o investimento no sistema de Fátima envolve um montante global de 11.505.606,14 Euros, com financiamento comunitário do Fundo de Coesão de 80%. --

As empreitadas de redes de Alburitel e Seiça estão em fase de conclusão e estamos a iniciar a empreitada da zona nascente da cidade de Ourém. -----

Contamos com financiamento comunitário para estas empreitadas de cerca de 60%. -----

7. PROTECÇÃO CIVIL -----

Após protocolo celebrado com a Agência para a Prevenção de Fogos Florestais, estamos a instalar o Gabinete Técnico Florestal destinado a efectuar melhor articulação com o Serviço Municipal de Protecção Civil. -----

Atendendo à importância da floresta no concelho, ficaremos em melhores condições para continuar a nossa acção que pretendemos seja sobretudo preventiva dos fogos florestais. -----

8. DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO E ABASTECIMENTO PÚBLICO -----

As negociações com a empresa concessionária do sistema de captação e distribuição de água para renegociação do contrato de concessão foram já concluídas. -----

Para que o contrato possa ser submetido à apreciação desta assembleia, estamos a aguardar parecer do Instituto Regulador da Água e Resíduos. -----

Trata-se de uma medida imprescindível para o investimento na beneficiação dos diversos sistemas. -----

Temos satisfação de dar conta a V.Exas. de que o projecto de instalação de uma central de biomassa no concelho ganha novo alento com negociações que estão a decorrer neste momento. -----

No que ao turismo diz respeito, informamos que se aguarda, a todo o momento, decisão sobre o financiamento do projecto de requalificação do Agroal. -----

Ficou já concluído o Roteiro Turístico de Ourém que será apresentado a público nos próximos dias. -----

No dia 27 de Dezembro, estive de visita a Ourém o Sr. Ministro do Turismo que deu conta da aprovação da candidatura ao Programa Piter, para financiamento das obras da envolvente da nova basílica de Fátima. -----

Apresentámos, na ocasião, a nossa necessidade de apoio para a conversão do antigo seminário dos Padres Monfortinos em Escola de Hotelaria e Turismo. -----

Informamos V.Exas. de que estão a decorrer conversações com o proprietário da “pista de Giesteira”, com o objectivo de concretizar o projecto de Aeródromo Regional de Fátima. -----

Ainda neste objectivo, damos conta de que está a decorrer a análise de propostas para adjudicação dos planos de pormenor que vão viabilizar cinco zonas industriais no concelho. É nosso objectivo passar à concretização através da empresa Fatiparques, S.A.. -----

Com o objectivo de contribuirmos para a promoção do vinho de Ourém, promovemos, entre os dias 28 e 30 de Janeiro, a Festa do Vinho Novo. A forma como tudo decorreu leva-nos a pensar que, com alguns ajustamentos, se trata de um evento com sucesso garantido, a repetir todos os anos. -----

Por ocasião da abertura desta realização, o Sr. Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Agricultura anunciou para os próximos dias a publicação da portaria que reconhece a denominação Vinho Medieval de Ourém. -----

9. COMUNICAÇÕES E TRANSPORTES -----

No passado dia 1 de Fevereiro, ocorreu uma reunião na Direcção Geral dos Transportes Terrestres na qual expusemos a nossa pretensão de apoio para o estudo da implementação de transportes urbanos em Fátima. -----

O pedido foi bem acolhido, ficando nós a aguardar o anúncio formal do apoio. -----

Continuam os trabalhos de beneficiação da rede viária, com dois níveis de intervenção: os protocolos com as Juntas de Freguesia e a intervenção directa. -----

Estamos a proceder a asfaltamentos na freguesia de Freixianda e estamos a proceder ao alargamento do Caminho Municipal 1034 (Tomaréis). Efectuámos já os asfaltamentos nas freguesias de Atouguaia , Cercal e Urqueira. -----

A Câmara Municipal tem neste momento um técnico superior afecto ao trânsito que está a trabalhar nos regulamentos de trânsito de Ourém e Fátima. -----

No passado dia 5 de Janeiro tivemos uma reunião com o Sr. Director de Estradas de Santarém que nos anunciou que, durante o mês de Fevereiro, seria aberto concurso para beneficiação da Estrada Regional 349, entre Ourém e Memória. -----

10. DEFESA DO MEIO AMBIENTE -----

Com o apoio do programa AGRO, estão a decorrer intervenções na mata municipal e nas áreas verdes da Zona Industrial de Casal dos Frades com o objectivo de melhorar os espaços e também de instalar circuitos de manutenção. -----

Também o parque aventura do Agroal está concluído, prevendo-se que, na próxima primavera, possa já haver uma utilização mais visível. -----

No âmbito da acção integrada VALOURÉM, estão a decorrer em bom ritmo as obras do Parque Linear, tendo já sido demolidas quase todas as construções que eram elemento evidente de desqualificação do espaço. -----

A empresa prestadora do serviço de recolha de lixo e limpeza urbana tem estado a levar a efeito uma campanha educativa junto das escolas do primeiro ciclo do ensino básico. -----

11. INSTALAÇÕES E SERVIÇOS MUNICIPAIS -----

Informamos V.Exas. de que a Câmara anulou o concurso que tinha aberto para construção do novo edifício dos Paços do Concelho e concessão do parque de estacionamento em virtude de só haver duas propostas que não convinham aos interesses municipais, sobretudo na sua vertente económica. -----

Está já a decorrer novo concurso somente para a construção, prevendo-se efectuar a concessão separadamente. -----

Não tendo ainda sido formalmente inauguradas, estão já em funcionamento as novas instalações do Departamento de Ambiente, Ordenamento do Território e Obras (estaleiro municipal) pois que era indispensável entregar ao empreiteiro as antigas instalações para demolição e requalificação do espaço. -----

Conforme já acima referimos, noutro contexto, estão já a decorrer as obras de arranjos exteriores do edifício multiusos de Freixianda. -----

Está a decorrer a elaboração dos projectos dos edifícios multiusos de Cercal (em fase de conclusão) e de Caxarias. -----

Está já adquirido o terreno para o edifício multiusos de Vilar dos Prazeres. -----

No âmbito do Programa Leiria Digital, estamos a preparar o funcionamento em rede da Câmara Municipal e das Juntas de Freguesia e, por sua vez, a preparar o acesso a um maior número de serviços e informação por parte dos munícipes através da Internet. -----

No dia 11 de Janeiro, esteve em Ourém o Sr. Secretário de Estado da Administração Local para assinatura de um Contrato-programa para apoio às obras do edifício multiusos de Freixianda. -----

Aprovou também diversos apoios a associações e instituições do concelho. -----

Senhora Presidente, -----

Senhores Deputados Municipais, -----

É esta a informação mais relevante da actividade municipal. -----

Ficamos à disposição de V.Exas. para os esclarecimentos que julguem convenientes.” -----

----- O Senhor Presidente da Câmara apresentou ainda os seguintes documentos, conforme

ANEXO A: -----

- situação económica e financeira da autarquia; -----

- relação de processos judiciais. -----

----- De seguida, aberto o período de pedido de esclarecimentos, registaram-se as intervenções dos membros da Assembleia Municipal, senhores: -----

= **MARIA CELESTE GONÇALVES HENRIQUES**, no que respeita à atribuição de subsídios às associações desportivas e culturais do concelho, pretendeu saber se estas necessitavam de apresentar os seus programas anuais, tendo-lhe sido dito que sem as respectivas candidaturas, o Câmara não poderia atribuir subsídios. -----

= **LEONILDE SANTOS MADEIRA CARREIRA DA CONCEIÇÃO**, salientou a necessidade de se vigiar constantemente a sinalização rodoviária, nomeadamente os sinais que se encontram escondidos atrás de matos ou taipais das obras, pois aquela é fundamental para os turistas que se deslocam a Fátima. -----

----- Não se registando mais nenhum pedido de intervenção, passou-se de imediato ao ponto seguinte da Ordem de Trabalhos. -----

01.04 – INTERVENÇÕES DE INTERESSE LOCAL OU DECLARAÇÕES POLÍTICAS GERAIS. -----

----- Após período prévio de inscrições, registaram-se as seguintes intervenções, por parte dos membros da Assembleia Municipal, senhores: -----

= **JOAQUIM AUGUSTO DE OLIVEIRA FARIA**, em nome do Grupo Municipal Social Democrata, apresentou o seguinte documento: -----

Proposta: “I FESTA DO VINHO NOVO -----

No fim de semana de 28, 29 e 30 de Janeiro, o Centro de Negócios de Ourém foi pequeno para acolher os milhares de pessoas que ali acorreram para festejar a chegada do vinho novo. -----

Iniciativa da Câmara numa atitude de quem se preocupa com todos os temas que dizem respeito às pessoas e à economia do Concelho. -----

Desta vez foi o vinho, um produto secular no Concelho e que tem sido o maior embaixador de Ourém em todo o país e no mundo, nomeadamente junto da nossa comunidade de emigrantes.

Com mais de 800 anos de história é agora que o Governo do P.S.D. e pelo empenhamento da Câmara que este produto único ourense passará a ter o lugar que merece no contexto dos

vinhos como provam as muitas referências positivas na comunicação social por especialistas na matéria. -----

A publicação do livro sobre o vinho de Ourém pela Câmara e o trabalho sério e persistente da Associação VitiOurém foram o impulso indispensável que levou o Governo a estudar e reconhecer esta realidade, esperando-se a todo o momento a publicação da portaria que vem criar a denominação de origem controlada para o vinho palhete com a designação «Medieval de Ourém» que seguramente será uma mais valia para os nossos vinhos. -----

Propomos assim: -----

1 – Que se comunique à Câmara o reconhecimento pelos objectivos alcançados e se recomende a continuação de empenhamento e apoio à causa deste tema que é transversal a todo o Concelho e que a Festa do Vinho passe a constar como evento anual e regular pelo êxito obtido nesta 1ª Edição; -----

2 – Que se aprove um voto de louvor à VitiOurém que tem sido o principal motivador destas acções sobretudo junto dos vitivinicultores e dos organismos oficiais.” -----

----- **De seguida, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal submeteu a proposta a votação do plenário, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade.** -----

= **NUNO FILIPE REIS BAPTISTA**, apresentou o seguinte documento: -----

Documento: “É com muita satisfação que hoje recebemos na Freguesia de Matas esta Assembleia Municipal, na sequência da descentralização das reuniões deste órgão. -----

É uma forma de aproximar os eleitos dos eleitores, e de os membros que compõem esta assembleia poderem conhecer a realidade das freguesias. No nosso concelho ainda existe quem não conheça o concelho no seu todo e, no caso particular desta freguesia, que está situada num dos extremos do concelho, o desconhecimento ainda se torna maior. A distância entre esta freguesia e a sede do concelho, e a do Distrito vizinho, Leiria, é sensivelmente a mesma, o que causa numa parte da população um distanciamento cada vez maior dos centros de decisão locais. -----

No entanto, o grupo parlamentar do P.S. nesta assembleia considera que esta forma de descentralização poderia ser ainda mais aprofundada, fazendo coincidir algum dos pontos que

constam na ordem de trabalhos, com o local onde se realiza a reunião. Seria uma forma de sensibilizar a população a participar no decorrer da assembleia, ver o que é decidido, e participar no ponto da ordem de trabalhos reservado ao público. Escutar os seus problemas poderá enriquecer o debate, e conseqüentemente, arranjar melhores soluções. -----

Muitos são ainda os problemas que ainda necessitam de serem resolvidos nesta freguesia. O facto de termos muitas matas, que até deu o nome à freguesia, leva-nos a termos cuidados reforçados na prevenção das mesmas, na sua limpeza, nos pontos de água que permitem aos bombeiros a rápida extinção dos focos de incêndio. Também o problema dos cursos de água, e somos uma freguesia com tradição dos moinhos de água, que sofrem com as descargas domésticas, devido à falta de saneamento. Foi feita recentemente pela Simlis um emissário, esperamos agora que o saneamento avance rapidamente. Esperamos que, por sermos uma freguesia periférica, não sejamos sujeitos ao esquecimento dos políticos. Os eleitos desta freguesia tudo farão para que tal situação não ocorra. -----

Para finalizar, esperamos que gostem da passagem pelas Matas, e que voltem mais vezes.” ---

= **MANUEL TAVARES LOPES**, na qualidade de Presidente de Junta de Freguesia de Atouguia, apresentou o seguinte documento: -----

Voto de louvor: “25º Aniversário do Centro Social e Paroquial de Atouguia -----

Sendo um projecto para a Comunidade, o Centro Social e Paroquial foi fundado no ano de 1980, tendo como objectivo principal a promoção, a solidariedade e a justiça entre os Cidadãos, facultando-lhes os serviços ou prestações sociais necessárias. -----

Com várias valências, distinguem-se pelo trabalho realizado a valência do Jardim Infantil, Actividades de Tempos Livres e o Centro de Dia e apoio domiciliário. -----

Já no ano de 2002, é criada a residência permanente, dando assim resposta às necessidades da população mais idosa que vivia isolada, contribuindo assim para o aumento do seu bem estar. -----

Assim, como Cidadão e Presidente de Junta na Comunidade onde esta Instituição se insere, endereço ao seu Presidente Reverendo Padre Fernando Varela, restante direcção e a todos quantos trabalham na Instituição os mais sinceros parabéns. -----

Proponho um Voto de Louvor à Instituição, por todo o trabalho realizado até este momento.” ----

----- **De seguida, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal submeteu este voto de louvor a votação do plenário, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.** -----

= **JOSÉ DE OLIVEIRA FERNANDES**, na qualidade de Representante do Grupo Municipal do Partido Socialista, apresentou o seguinte documento: -----

Declaração política: “Não me parece oportuno tecer considerações de política nacional no momento em que disputamos eleições legislativas. Apenas formulo votos que a campanha decorra com elevação, que se discutam os reais problemas do país e que saia desta eleição uma solução que responda de facto às muitas carências que estão diagnosticadas, iniciando um verdadeiro caminho de recuperação. -----

Quanto à política local também não vejo razões para me demorar em considerações dado que passou pouco tempo depois da última reunião. Deixo apenas algumas questões ao Sr. Presidente: -----

- Primeiro para reconhecer começar a haver uma maior utilização do Centro de Negócios. Estamos ainda longe da dinâmica pretendida e seria desejável chegar à definição de uma agenda de realizações regulares que trouxesse mais público e permitisse com presenças exteriores ao município uma abertura de horizontes, troca de experiências e de negócios. Mas tem havido mais realizações e a recente Festa do Vinho Novo merece que se destaquem os seus promotores e se repita o evento. -----

Também a próxima edição do 2º Fórum Estudante é prova desta nova dinâmica que sabemos reconhecer. -----

- Quanto às obras do chamado projecto Linear e às condições em que decorre o Mercado das 5ªs Feiras gostaria de propor ao Sr. Presidente que rapidamente fosse estudada uma alternativa que abrisse mais cedo o futuro parque automóvel de forma a permitir estacionamento mais perto do Mercado. Como é sabido há graves inconvenientes e prejuízos, que poderiam ser minimizados a curto prazo e que a alternativa de colocar um autocarro a circular não parece ter resultado. -----

- Aproveito para felicitar a Câmara por não ter ainda iniciado a construção do Edifício dos Paços do Concelho enquanto decorrem as obras do Parque Linear, não aumentando os problemas de estacionamento da cidade. Mas gostaria que fosse esclarecido a abertura de novo concurso para a construção dos Paços do Concelho. -----

- A notícia recente de que não vai haver subida da água em 2005 pode considerar-se uma boa notícia (independentemente da seca ou de estarmos em ano eleitoral) mas também foi notícia o novo acordo com a empresa concessionária que andava em discussão há algum tempo. Acontece que chegou a estar em discussão o Plano Director de Abastecimento de Água ao Concelho que não me lembro de ter sido aprovado. Gostaria que o Sr. Presidente desse os esclarecimentos que julgar convenientes. -----

- Foram publicitados recentemente novos tarifários de vários serviços do município. Creio que se teve em conta os prejuízos dos vendedores do Mercado com aplicação de um tarifário intermédio. Mas como tem sido largamente comentado, os preços praticados nas Piscinas tem sido considerado elevado e mais ainda para os clubes que dinamizam a prática da natação. Pergunto se foi equacionada a hipótese de rever o tarifário e para quando. -----

- Termino, dirigindo-me a dois Presidentes de Junta: ao Sr. Presidente da Junta da Freguesia de Fátima para o felicitar enquanto Presidente do Movimento para o Concelho de Fátima pela forma serena como tem reconhecido não ser altura para voltar à polémica. Há efectivamente coisas mais importantes a fazer para o desenvolvimento de Fátima. Está de parabéns, Sr. Presidente. Não é deixando os órgãos autárquicos como o fizeram alguns, que se pode pugnar pela nossa terra. -----

- Ao Sr. Presidente de Junta do Olival para o felicitar pelos melhoramentos em curso no centro da Freguesia e como olivalense e membro desta Assembleia reconhecer o bom trabalho e o bom gosto. -----

Já agora uma palavra de apreço ao Sr. Presidente de Junta das Matas por nos receber aqui desejando para esta Freguesia o melhor desenvolvimento.” -----

= **ORLANDO SÉRGIO PALMEIRO CALADO CAVACO**, na qualidade de Representante do Grupo Municipal Social Democrata, apresentou o seguinte documento: -----

Declaração: “De vez em quando fala-se da excessiva parlamentarização das Assembleias Municipais. -----

Em nosso entendimento, trata-se de assunto que merece ser discutido. -----

Da nossa reflexão resulta que, também aqui, não há verdades absolutas. -----

É verdade que, por vezes, também a nossa assembleia, se perde em assuntos que não têm qualquer reflexo na vida municipal. Temos aí a parlamentarização no sentido indesejável. -----

Mas é também verdade que, em muitas situações, a política nacional tem grandes reflexos na vida local. -----

Julgamos que, neste momento, estamos precisamente num momento em que somos chamados a fazer a nossa escolha para a governação nacional e não podemos deixar de fazer a nossa reflexão a partir do interesse municipal. -----

Nós estamos no país real ao qual pouca importa se um ministro teve uma birra, se o primeiro ministro anda de calças azuis, se falou hoje de encubadoras e anteontem de bugalhos e na semana passada em alhos. -----

O Sr. Presidente da República tomou decisões com base no país virtual, assim construído num contexto de mediatização por vezes intocável. -----

Nós, no país real, o que nos importa é a obra de cada um dos governos. -----

Durante os governos socialistas, a única acção do governo que chegou ao concelho foram apoios a algumas associações e instituições, numa acção de campanha eleitoral permanente do Sr. Paulo Fonseca. -----

Tirando isso, assistimos ao esbanjamento generalizado que conduziu o país à situação em que nos encontramos. Quem não se lembra de ministros importantes com batedores da GNR e do Sr. Governador Civil com um helicóptero privativo em Fátima! -----

Desde há três anos, continuaram a chegar apoios a associações e outras instituições. -----

Mas aconteceu muito mais que isso. -----

Houve apoios para o novo mercado e para o Parque Linear. Foram assinados contratos-programa para construção do novo edifício dos Paços do Concelho e para o edifício multiusos da Freixianda. -----

Foi aumentando o apoio, na área social, a muitas instituições do concelho. -----
 Houve apoio para a escola de música, foi aprovado o apoio para as obras da envolvente da nova basílica de Fátima, no âmbito do programa Piter, conforme há pouco foi anunciado, prevê-se apoio, a curto prazo, para a desejada intervenção no Agroal. -----
 Encontra-se em lançamento de concurso a beneficiação da ER349 e conta-se com a resolução do problema da EN356-3, em Caxarias. -----
 Para além das intervenções no concelho, só com este governo se iniciaram os concursos para arranque do almejado IC9, obra tão importante para o concelho, essa sim, a variante que vai resolver os congestionamentos de trânsito da cidade. -----
 Mas também ao nível do interesse geral nacional houve acção. Vejamos a lei das rendas, o Código Laboral, etc., tudo com grandes reflexos na vida do concelho. -----
 É por tudo isto que, também nesta assembleia temos que reflectir e comparar. -----
 Temos que recomendar à população do concelho qual é o caminho. -----
 O nosso caminho, a nossa escolha, não pode ser decidido com base em episódios. -----
 O que interessa ao país real são as coisas concretas. -----
 O que nos interessa é não ver por perto governos socialistas de má memória.” -----
 ----- Terminado este período de intervenção passou-se, de imediato, ao ponto seguinte da Ordem de Trabalhos. -----

02.01 – APRECIACÃO E VOTAÇÃO DO PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL RELATIVO À «DESAFECTAÇÃO DO DOMÍNIO PÚBLICO E INTEGRAR NO DOMÍNIO PRIVADO DO MUNICÍPIO, DE UMA PARCELA DE TERRENO NECESSÁRIA À ALTERAÇÃO DO TRAÇADO NA E.M. 534, NA QUINTA DA GRANJA», CONFORME PREVISTO NA ALÍNEA B), DO N.º4, DO ART.º53º, DA LEI N.º169/99, DE 18 DE SETEMBRO, COM AS ALTERAÇÕES INTRODUZIDAS PELA LEI N.º5-A/2002, DE 11 DE JANEIRO – (GRELHA A). -----

----- Foi remetida, pelo Município, através do ofício número vinte e um mil cento e cinquenta e oito, datado de trinta de Dezembro, do ano de dois mil e quatro, cópia da deliberação camarária tomada em reunião de catorze de Junho, daquele mesmo ano, solicitando a este Órgão deliberativo, nos termos citados em epígrafe, a respectiva autorização para desafectar do domínio público e integrar no domínio privado do Município uma parcela de terreno com a área de oitocentos e sessenta e cinco vírgula trinta e três metros quadrados, sita em Quinta da Granja, na localidade de Tomaréis, da Freguesia de Olival, deste concelho, conforme consta do mapa devidamente arquivado no gabinete da Assembleia Municipal. -----

----- **Aberto o período de pedido de esclarecimentos e não se registando qualquer pedido de intervenção, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal submeteu, de imediato, a proposta a votação do plenário, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade.** -----

----- De seguida, registou-se a declaração de voto do membro da Assembleia Municipal, senhor **JOSÉ MANUEL PEREIRA ALHO**, o qual sublinhou que a concretização da obra em questão deverá observar os instrumentos do Plano Director Municipal, nomeadamente a REN – Reserva Ecológica Nacional e a RAN – Reserva Agrícola Nacional. -----

----- A acta foi, por unanimidade, aprovada, em minuta, nesta parte, para efeitos imediatos.

02.02 – ELEIÇÃO DE QUATRO MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA INTEGRAR A «COMISSÃO DE PROTECÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS EM PERIGO DE OURÉM», CONFORME PREVISTO NA ALÍNEA L), DO ART.º17º, DA LEI N.º147/99, DE 01 DE SETEMBRO – (GRELHA A). -----

----- Foi remetido pelo Senhor Presidente da «*Comissão de Protecção de Crianças e Jovens em Perigo de Ourém*», Dr. Vitor Manuel de Jesus Frazão, o ofício número três barra zero cinco, datado de sete de Janeiro, do ano em curso, solicitando a este Órgão deliberativo, diligências no sentido de indicar os seus representantes na citada Comissão, conforme previsto nos termos legais referidos em epígrafe. -----

----- Tomando a palavra, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal agradeceu a forma empenhada e dedicada como a Comissão cessante exerceu as suas funções até ao momento, não se poupando a sacrifícios e estando sempre disponível a qualquer apelo, fosse de dia ou de noite. -----

----- Face ao exposto, solicitou ao Senhor Presidente da Comissão, Dr. Vitor Frazão que apresentasse um sincero bem haja a todos os elementos deste grupo de trabalho: -----

- Dr. Vitor Frazão – em representação da Câmara Municipal de Ourém; -----
- Dr.^a Helena Borges – em representação da Segurança Social; -----
- Prof.^a Cândida Dias – em representação do Ministério da Educação; -----
- Irmã Rufina – em representação das IPSS com internamento; -----
- Dr.^a Cândida Alvarenga – em representação do Ministério da saúde; -----
- Dr.^a Isabel Reis – suplente das IPSS com internamento; -----
- Enfermeira Fátima Lopes – suplente do Ministério da Saúde. -----

----- Solicitando a palavra, o membro da Assembleia Municipal, senhora **LEONILDE SANTOS MADEIRA CARREIRA DA CONCEIÇÃO** manifestou a pretensão no sentido da Comissão citada em epígrafe, facultar a esta Assembleia Municipal um breve relatório da sua actividade, se possível acompanhado de um gráfico demonstrativo relativo aos últimos três anos. -----

----- De seguida, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal questionou os representantes dos Grupos Municipais, com assento neste Órgão, relativamente à apresentação de propostas, tendo-se verificado o seguinte: -----

= **JOSÉ DE OLIVEIRA FERNANDES**, na qualidade de representante do Grupo Municipal do Partido Socialista não apresentou qualquer proposta, porém informou de que a sua bancada estava disponível para integrar qualquer Lista que fosse apresentada. -----

= **ORLANDO SÉRGIO PALMEIRO CALADO CAVACO**, na qualidade de representante do Grupo Municipal Social Democrata, apresentou a Lista A, da qual fazem parte os membros da Assembleia Municipal, senhores: -----

----- Deolinda de Jesus Lopes Simões; -----

----- Maria Clara Vieira de Oliveira Neves; -----
 ----- Humberto Lopes da Piedade; -----
 ----- José Maria Ferraz de Oliveira. -----
 ----- Não se registando mais nenhuma proposta de Lista, procedeu-se de imediato à
 votação da Lista A, por escrutínio secreto, tendo-se apurado os seguintes resultados: -----
 ----- Número de votantes – trinta e um; -----
 ----- Lista A – trinta votos; -----
 ----- Brancos – um voto. -----
 ----- **Face ao exposto, foram eleitos, por maioria, para integrarem a «*Comissão de
 Protecção de Crianças e Jovens em Perigo de Ourém*», os membros da Assembleia
 Municipal senhores:** -----
 = **Deolinda de Jesus Lopes Simões;** -----
 = **Maria Clara Vieira de Oliveira Neves;** -----
 = **Humberto Lopes da Piedade;** -----
 = **José Maria Ferraz de Oliveira.** -----
 ----- A acta foi, por unanimidade, aprovada, em minuta, nesta parte, para efeitos imediatos.

**02.03 – APRECIACÃO E VOTAÇÃO DO PEDIDO DA CÂMARA MUNICIPAL RELATIVO AO
 «INTERESSE PÚBLICO DA RELOCALIZAÇÃO DA SUPERFÍCIE COMERCIAL
 DENOMINADA INTERMARCHÉ» – (GRELHA B).** -----

----- Foi remetida, pelo Município, através do ofício número oitocentos e quarenta e sete, datado de dezanove de Janeiro, do ano dois mil e cinco, cópia da deliberação camarária tomada em reunião de dezassete de Janeiro, daquele mesmo ano, solicitando a este Órgão deliberativo o reconhecimento de interesse público da relocalização do empreendimento referido em epígrafe, com os fundamentos expostos na proposta do Senhor Presidente da Câmara Municipal, a qual se passa a reproduzir: “A Câmara Municipal solicitou à CRRARO-Comissão Regional da Reserva Agrícola do Ribatejo e Oeste a emissão de parecer sobre a

aprovação do Intermarché na Corredoura, em virtude de parte do terreno necessário se integrar na Reserva Agrícola Nacional. -----

Foi-nos remetido em 11 de Janeiro último, através da comunicação anexa, o parecer que é desfavorável. -----

O fundamento do parecer desfavorável é sobretudo baseado no pressuposto de que se trata de um empreendimento privado. -----

É verdade que se trata de um empreendimento de iniciativa privada. -----

Mas é também verdade que a realocização resulta de interesse público em virtude de pretendermos retirar o estabelecimento actualmente existente do Parque Linear em construção. -----

Por outro lado, importa referir que, no âmbito da elaboração do Plano de Urbanização de Ourém, a CRRARO emitiu já parecer favorável à desafecção pretendida. -----

Considerando o interesse público da realocização do estabelecimento comercial referido não só porque se pretende que o Parque Linear fique liberto do impacto negativo existente, mas também porque a nova localização vem qualificar a entrada poente da cidade; -----

Considerando a urgência em licenciar o estabelecimento, de forma que a realocização se processe com a maior rapidez possível; -----

Considerando também que a CRRARO deu já parecer favorável à desafecção no âmbito do Plano de Urbanização de Ourém; -----

Considerando que os estudos aprovados pelo Ministério do Ambiente viabilizam o licenciamento do estabelecimento, proponho: -----

1º. Que se solicite à Assembleia Municipal que reconheça o interesse público deste empreendimento, com os fundamentos expostos; -----

2º. Que, com base nesse reconhecimento e nas razões apontadas, se recorra da decisão da CRRARO para o Conselho Nacional da Reserva Agrícola.” -----

----- Tomando a palavra, o Senhor Presidente da Câmara fez uma breve resenha da questão em análise, sublinhando que a realocização desta superfície comercial resulta de interesse público que persiste nos seguintes factores: -----

- retirada do actual estabelecimento Intermarché do Parque Linear que se encontra em construção; -----

- arranjo rodoviário da EN113, acrescentando aí uma rotunda; -----

- eliminação de um ponto negro de sinistralidade, tendo sido inclusivamente analisadas as comunicações da Guarda Nacional Republicana e bem assim da Associação Humanitária dos Bombeiros de Ourém, referentes aos acidentes ocorridos. -----

----- Aberto o período de intervenções, registaram-se os pedidos dos membros da Assembleia Municipal, senhores: -----

= **JOSÉ DE OLIVEIRA FERNANDES**, na qualidade de Representante do Grupo Municipal do Partido Socialista, apresentou os seguintes documentos: -----

Documento 1: “Não está em causa o promotor da obra, como não está em causa que Ourém merece uma superfície comercial deste tipo, fazendo jus à publicidade afixada. Creio mesmo que há vários anos que se fala na eventualidade de outros operadores desejarem estabelecer-se em Ourém, o que é olhado com simpatia pela população. Creio também que ao contrário de algumas vezes, este tipo de estabelecimento (situando-se fora do centro) não põe em causa o comércio tradicional da cidade ainda que seja necessário que este se continue a modernizar. - Também podemos aceitar que há algumas vantagens na realocização desta superfície comercial referidas na proposta do Sr. Presidente da Câmara. -----

O que está aqui em causa é a trapalhada em que a Câmara se meteu, aprovando e desaprovando e tornando a aprovar. A própria Câmara considerou nula a deliberação tomada a 5 de Julho e o despacho de 13 de Agosto de 2004. -----

O que está aqui em causa é que desde o início se sabia que parte dos terrenos em causa está em leito de cheia e por isso integrados na RAN, pondo-se ainda em causa o PDM entretanto aprovado. -----

Não creio que se possa pôr em causa a luta das Associações Ambientalistas pela defesa do património natural e por isso das regras de protecção ambiental que todos aprovámos e que fazem parte do PDM em vigor. -----

Seja como for a situação é deveras complicada: de um lado temos o operador comercial a quem foram criadas expectativas legítimas, já efectuou gastos consideráveis e poderá pedir indemnizações a quem de direito; do outro temos a Câmara a pagar estudos e pareceres para desfazer a embrulhada e temos ainda o parecer desfavorável da Comissão Regional da Reserva Agrícola do Ribatejo e Oeste. -----

A Câmara devidamente apoiada no tal parecer jurídico propõe a esta Assembleia que se considere o interesse público deste empreendimento e só agora expõe os fundamentos. Andou claramente ao contrário. E salvo melhor opinião está a misturar assuntos diferentes: uma coisa é saber se o empreendimento tal como foi concebido viola ou não os parâmetros urbanísticos definidos para o local e as regras ambientais e nomeadamente da RAN; outra coisa é a qualificação da entrada poente da cidade, com novo traçado da via, rotunda, etc. Uma coisa é tentar resolver problemas de trânsito que é um assunto de interesse público, outra coisa é forçar as regras para satisfazer um interesse privado. -----

Como deputado municipal sinto-me dividido e com muitas dúvidas. O Sr. Presidente da Câmara poderia em devido tempo ter dado os necessários esclarecimentos e não o fez. A fuga em frente deu no que deu. Não tenho solução para o imbróglio. De tudo o que li sobre o assunto só não tenho dúvidas de que o assunto foi mal conduzido. -----

Mas repito não está em causa se queremos ou não a realocização do Intermarché. Está em causa considerar como interesse público uma iniciativa privada e com fins lucrativos podendo estar a violar a legalidade. -----

Já agora gostaria também de referir que tenho dúvidas que a proximidade do empreendimento junto à rotunda não venha complicar ainda mais a entrada na cidade, como de certo modo já acontece na rotunda do ribeirinho. -----

Pedia também esclarecimento sobre os furos de água existentes no local, sua propriedade, se foram encerrados ou negociados, tal como a fonte pública e o que se pensa fazer para perpetuar de alguma forma a ponte dos namorados que tem valor histórico.” -----

Documento 2: “O Grupo Municipal do Partido Socialista entende que este é um assunto que pelo interesse e importância merece que os Grupos representantes nesta Assembleia o tratem com carácter de isenção relativamente às contendas político partidárias. -----

É um assunto que pelas suas características públicas e técnicas merece ser tratado com a profundidade adequada e por isso apesar de na última reunião da Assembleia Municipal o deputado JOSÉ MANUEL PEREIRA ALHO ter invocado a sua qualidade de cidadão para questionar o Sr. Presidente da Câmara sobre este assunto, liberto de qualquer lógica de discussão político partidária, solicitamos-lhe que atendendo aos seus conhecimentos técnicos sobre este assunto apresente a posição do nosso Grupo Municipal.” -----

= **JOSÉ MANUEL PEREIRA ALHO**, apresentou o seguinte documento: -----

Documento: “Tendo presente o óbvio interesse da discussão do caso Intermarché, o Grupo Municipal do Partido Socialista regista com carácter preliminar à discussão deste ponto da Ordem de Trabalhos os seguintes aspectos: -----

1 – O imbróglio administrativo que tem caracterizado este caso merecia que a Câmara Municipal de Ourém em tempo oportuno fornecesse aos elementos da Assembleia Municipal a informação necessária a uma séria e fundamentada posição desta Assembleia sobre o assunto. -----

2 – As implicações que o arrastam do processo tem junto dos legítimos interesse do proponente «Intermarché», dos consumidores e da população em geral, e a dimensão nacional que o assunto assumiu, devia merecer da parte da Câmara Municipal uma especial atenção em informar esta Assembleia e também a opinião pública de modo a evitar as contradições que se vão acumulando ao longo das diversas notícias que são publicadas na comunicação social.

3 – As contradições atrás referidas estão também presentes nas informações registadas nas actas da Assembleia Municipal e este Órgão autárquico merecia o tratamento referencial de respeito na verdade das declarações aqui produzidas. -----

4 – O Grupo Municipal do Partido Socialista reconhece o interesse que este empreendimento configura para os consumidores do concelho de Ourém e vê com agrado o interesse

empreendedor do proponente que resulta numa mais valia para os munícipes quer no serviço prestado, quer no emprego criado, quer nas dinâmicas comerciais associadas a esta intenção.

5 – O Grupo Municipal do Partido Socialista assume como questão «principal» que os órgãos de gestão autárquica devem pautar a sua acção pelo cumprimento rigoroso e inquestionável das leis vigentes, nomeadamente no que concerne à gestão do território e no tratamento de equidade entre os cidadãos, fundamentos básicos duma Democracia e dum Estado de Direito. Assim sendo e perante a proposta apresentada pela Câmara Municipal registamos os seguintes comentários: -----

1 – A Câmara Municipal tem toda a legitimidade em avançar com todas as propostas que entenda para resolver os problemas de gestão em que está envolvida. -----

2 – A responsabilidade da decisão de acordo com a própria proposta cabe à Assembleia Municipal a quem compete avaliar da sua conformidade com as normas legais e princípios de actuação política na defesa dos interesses dos munícipes. -----

3 – Quer-nos parecer que a proposta apresentada consubstancia um conjunto de dúvidas que mereciam ser analisadas por entidade técnica competente, nomeadamente: -----

a) – De acordo com o regime da RAN quem tem de solicitar a declaração de interesse público é o proponente e não a Câmara Municipal. -----

b) – As excepções aos condicionalismos da RAN só prevêm a possibilidade de desafecção se na fundamentação do pedido for garantido que não existe alternativa técnica economicamente aceitável. -----

c) – A declaração de interesse público tem de ser fundamentada com rigor. -----

Qual a fundamentação plausível para uma declaração de interesse público para uma média superfície comercial? -----

Os artesãos e pequenos comerciantes do comércio tradicional podem vir invocar que de interesse público será o fomento das suas actividades e não o apoio a este tipo de estabelecimento. -----

d) – Acresce que o princípio da igualdade constitucionalmente consagrado resultará violado com uma declaração deste tipo, já que tal declaração conduz a um tratamento privilegiado e de favor a uma determinada empresa. -----

Quais os pressupostos de tal declaração e qual a reacção de outras empresas (o caso do Modelo nos terrenos adjacentes que viu recusada a sua pretensão). -----

Ou prevê a Câmara Municipal considerar de interesse público toda e qualquer actividade comercial que se pretenda instalar no concelho? -----

Outras questões certamente poderiam aqui ser levantadas, nomeadamente de carácter ambiental, mas penso que perante estas questões se justifica a seguinte proposta: -----

A Assembleia Municipal remete para parecer jurídico fundamentado a proposta apresentada pela Câmara Municipal ficando adiada a votação para próxima reunião quando esse parecer e restante informação sobre o caso forem entregues pela Câmara Municipal a esta Assembleia.”

= **MARIA NATÁLIA OLIVEIRA MARQUES DOS SANTOS**, questionou qual o motivo que impede o próprio Intermarché a solicitar a declaração de interesse público. -----

= **JOAQUIM AUGUSTO DE OLIVEIRA FARIA**, na sua opinião para além da impossibilidade de termos o «excelente», ou seja, não necessitar do espaço sito na Corredoura para instalar o Intermarché, Ourém depara-se com um outro problema. Situado entre duas colinas, o seu crescimento processa-se de forma longitudinal, chegando rapidamente a Tomar e Leiria, o que conduz ao seu desaparecimento. -----

Assim, há que ser exigente e acreditar nas técnicas que hoje possibilitam fazer grandes transformações sem os inconvenientes de antigamente, como por exemplo a ocupação do leito de cheia. -----

Veja-se a complexidade das novas técnicas que permitem que o Homem faça maravilhas como é o exemplo do museu de Gugenheim em Bilbao. -----

Por tudo isto, há necessidade de reconhecer a utilidade pública para este espaço com as vantagens já explicitadas pelo Senhor Presidente de Câmara. É uma decisão para a qual deve haver coragem para reconhecer esta utilidade pública que no futuro trará grandes vantagens para Ourém. -----

----- Não se registando mais nenhum pedido de intervenção, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal submeteu, de imediato, a proposta a votação do plenário, tendo a mesma sido aprovada por maioria, com cinco votos contra e uma abstenção. -----

----- De seguida, apresentaram a sua declaração de voto os membros da Assembleia Municipal, senhores: -----

= **JORGE MANUEL REIS HELENO**: “Ex.mos. Srs. -----
Votei favoravelmente a declaração de interesse público da localização do Novo Intermarché porque sou a favor do desenvolvimento de Ourém numa forma geral, e em particular pelas vantagens ao nível viário do novo projecto, bem como pela evidente vantagem de desbloquear espaço para o Parque Linear da cidade. -----

De qualquer forma a polémica gerada fez-me pensar nos argumentos de ambas as partes, e não há dúvida que já vi todo aquele terreno alagado em água. -----

Cidades bem próximas como Leiria e Tomar têm amplos espaços comerciais em zonas de cheia pois assim era tradição no passado, aproveitar as zonas ribeirinhas onde no início se estabeleceram os centros urbanos. Em anos de cheia essas cidades vivem sobressaltos e têm que acautelar pessoas e bens. -----

No caso em concreto o problema não me parece ser tão grave pela dimensão do rio em anexo e seu caudal máximo. De qualquer forma ficaria mais tranquilo se os técnicos da Câmara exigissem medidas preventivas compatíveis com o problema, se a sua análise provar que são necessárias. -----

Quero com isto dizer que confio nos serviços técnicos do município para avaliar o problema, independentemente de se considerar o leito de cheia um metro à frente ou um metro atrás. Não quero o prejuízo do promotor nem que seja obrigado a obras desnecessárias. O bom senso dirá o que é razoável para prever os riscos e construir de forma segura caminhando na senda do desenvolvimento, a bem de Ourém.” -----

= **JOSÉ DE OLIVEIRA FERNANDES**, na qualidade de Representante do Grupo Municipal do Partido Socialista, expôs o seguinte: “Votamos contra por considerarmos que não foram

garantidas todas as condições de esclarecimento e informação que permitissem uma decisão fundamentada. -----

A proposta por nós apresentada ia ao encontro desse desiderato. -----

Não restam dúvidas quanto ao observarmos o interesse do empreendimento.” -----

----- A acta foi, por unanimidade, aprovada, em minuta, nesta parte, para efeitos imediatos.

02.04 – APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL RELATIVAMENTE AO «PLANO DE PORMENOR DA AVENIDA PAPA JOÃO XXIII, FÁTIMA – ÁREA CRÍTICA DE RECONVERSÃO URBANÍSTICA», NOS TERMOS DA ALÍNEA B), DO N.º3, DO ART.º53º, DA LEI N.º169/99, DE 18 DE SETEMBRO, COM AS ALTERAÇÕES INTRODUZIDAS PELA LEI N.º5-A/2002, DE 11 DE JANEIRO E AINDA NOS TERMOS DO ART.º41º, DO DECRETO-LEI N.º794/76, DE 05 DE NOVEMBRO, A SUBMETER A APROVAÇÃO DO GOVERNO – (GRELHA A). -----

----- Foi remetida, pelo Município, através do ofício número mil cento e cinquenta e três, datado de vinte e quatro de Janeiro, do ano dois mil e cinco, cópia da deliberação camarária tomada em reunião realizada neste mesmo dia, solicitando a este Órgão deliberativo a aprovação da proposta de classificação da área identificada na planta anexa ao processo, como área crítica de recuperação e reconversão urbanística, a submeter posteriormente a aprovação do Governo – vide processo devidamente arquivado no gabinete da Assembleia Municipal. -----

----- Aquando da citada reunião camarária, o Senhor Presidente da Câmara apresentou uma proposta datada de dezanove de Janeiro, do ano em curso, a qual se passa a reproduzir: “O Santuário de Fátima encontra-se a promover a construção da Igreja da Santíssima Trindade, comumente designada por nova Basílica de Fátima. A implantação deste equipamento religioso, cuja construção já se encontra em curso, e que determinou a celebração, em 31 de Maio de 1999, de um protocolo entre a Câmara Municipal e o Santuário, vem agravar as, já de si deficientes, condições urbanísticas da área em causa, quer em matéria

de infra-estruturas rodoviárias e de estacionamento automóvel, quer no que respeita aos equipamentos sociais de apoio necessários para dar cumprimento aos novos desideratos que a área pretende servir, quer ainda no que se refere à necessidade de se promoverem novos espaços verdes e áreas livres que permitam a circulação, o descanso e o lazer das pessoas que frequentarão o novo equipamento em construção. -----

As deficiências de que a Cidade de Fátima, e este espaço em particular, padecem são de todos conhecidas. O crescimento rápido, feito de forma incoerente e sem enquadramento em instrumento de planeamento adequado, determinou a imagem algo desqualificada urbanisticamente que está hoje ligada a Fátima e a esta zona em particular. -----

A imagem urbana actual e as necessidades acrescidas determinadas pela construção da nova Basílica de Fátima constituíram o fundamento para a elaboração do Plano de pormenor da Avenida Papa João XXIII, conforme deliberação da CM de Ourém de 15 de Outubro de 2002. Este instrumento de planeamento territorial, que se encontra ainda na fase inicial da sua elaboração, tem como área de intervenção a da presente área crítica de recuperação e reconversão urbanística. -----

Com o objectivo de possibilitar a célere intervenção da Câmara Municipal de Ourém na reabilitação e renovação urbana da área em causa, este órgão executivo pretende solicitar ao Governo, após a aprovação da Assembleia Municipal, que a referida área seja declarada área crítica de recuperação e reconversão urbanística, ao abrigo do artigo 41º do Decreto-Lei nº 794/76, de 5 de Novembro, beneficiando, assim, das prerrogativas que a lei atribui às áreas como tais classificadas e constituindo o primeiro passo para a eventual constituição de uma sociedade de reabilitação urbana (SRU) que passe a deter a gestão urbanística da área em causa, promovendo a sua requalificação e reconversão. -----

Considerando que é de todo o interesse para o Município de Ourém que o Governo decrete a área em causa, delimitada na planta anexa à presente proposta de deliberação, como área crítica de recuperação e reconversão urbanística, a qual se convencionou designar por área crítica de recuperação e reconversão urbanística da Cova da Iria; -----

Tenho a honra de propor que a Câmara delibere: -----

Aprovar e submeter à aprovação da Assembleia Municipal a proposta de classificação da área, identificada na planta anexa, como área crítica de recuperação e reconversão urbanística, nos termos do artigo 41.º do Decreto-Lei n.º 794/76, de 5 de Novembro, a submeter a aprovação do Governo.” -----

----- Aberto o período de intervenções, registaram-se os pedidos dos membros da Assembleia Municipal, senhores: -----

= **LEONILDE SANTOS MADEIRA CARREIRA DA CONCEIÇÃO**, em nome do Grupo Municipal do Partido Socialista, apresentou o seguinte documento: -----

Documento: “Ex.ma Senhora Presidente e Mesa da A. Municipal -----

Ex.mo Senhor Presidente da Câmara e Senhores Vereadores presentes -----

Ex.mos Senhores Presidentes de Junta e membros eleitos desta Assembleia -----

Senhores jornalistas e público presente -----

Antes de fazer algumas perguntas e de tecer algumas considerações sobre o assunto em questão, gostaria de recordar um panfleto de baixo nível colocado a circular em Fátima pela Comissão Política Concelhia do PSD, em vésperas das últimas autárquicas, onde, em letras garrafais, se acusavam os Independentes disfarçados de Socialistas de estarem contra a nova basílica. -----

Nem Independentes nem Socialistas estavam ou estão contra a construção da nova basílica, o que não nos impede de pedirmos esclarecimentos sobre esta obra. -----

Necessitamos que nos seja dada uma breve informação sobre o protocolo celebrado em 31/5/99 entre a Câmara e o Santuário. Que cedências houve de parte a parte? -----

Que promessas ou envolvimento por parte da Câmara sem o aval do Governo Central? Que contactos houve com o IEP uma vez que se iria alterar o traçado de uma estrada nacional? ---

Que implicações para os proprietários a partir da aplicação de todos os normativos referidos e da criação de área crítica e reconversão urbanística da Cova da Iria? -----

Serão expropriados por parte da Câmara ou por parte do Governo Central? Serão pagos de acordo com o justo valor dos terrenos naquela área ou, por se considerar uma intervenção de interesse público, receberão indemnizações bem reduzidas? Quem vai pagar esta factura? ---

Se a implantação deste equipamento vem agravar as já de si deficientes condições urbanísticas da área em causa, por que razão não se avançou primeiro com o Plano de pormenor para consulta pública antes de ter sido dada luz verde ao início da construção? -----

Após estas questões vou comentar brevemente o 2º parágrafo do documento em análise. -----

O crescimento rápido, feito de forma incoerente e sem enquadramento em instrumento de planeamento adequado que faz de Fátima uma cidade desqualificada urbanisticamente (esta introdução mais parece da autoria da oposição do que do Departamento de Administração e Planeamento da Câmara) é pura e simplesmente o resultado de uma gestão autárquica PSD, sobretudo nos últimos 18 a 20 anos que aprovou anarquicamente toda e qualquer construção em altura, em muitos casos sem garagem, que vieram abafar construções bem mais baixas (um prédio de 6 andares num arruamento onde se situavam prédios de três, vivendas comprimidas entre novas construções, um estabelecimento escolar entalado entre edifícios altos, numa zona ou quarteirão de vivendas – fazendo desaparecer qualquer nesga de terreno disponível para outros fins); o deixar que o património público ocupado em sistema de arrendamento ou de semi-empréstimo fosse vendido a particulares sem a autarquia ter usado o seu direito de opção – a saber: traseiras do mercado e junto à Escola da Lomba d'Égua entre outros. -----

Compreendemos a necessidade da Câmara de tornar célere a sua intervenção na área do Santuário, só não compreendemos o desfasamento existente entre o protocolo realizado em 1999, a deliberação da Câmara de Outubro de 2002, encontrando-se em 2005 ainda em fase inicial o Plano de Pormenor, instrumento fundamental para se poder intervir nesta área. -----

Só agora é que se viu que estamos perante uma área crítica, ou só depois das obras começarem é que se transformou em área crítica, ou só agora é que foi explicado pelo Sr. Ministro do Turismo que só assim é que o Governo Central poderia actuar? -----

Necessitamos de uma explicação pormenorizada da eventual constituição de uma SRU que passaria a deter a gestão da área em causa. Que sociedade? Que entidades serão sócias? Será mais uma empresa municipal? -----

E para terminar reafirmo que nada do que disse tem a ver com qualquer má vontade com a construção da nova basílica, mas apenas com o processo desenvolvido que não salvaguardou os interesses e a segurança dos cidadãos em geral e dos peregrinos em particular.” -----

= **JOSÉ DE OLIVEIRA FERNANDES**, na qualidade de Representante do Grupo Municipal do Partido Socialista, apresentou o seguinte documento: -----

Documento: “À partida tudo o que seja contribuir para o devido planeamento e ordenamento do território merece a nossa concordância. Tanto mais que como já foi dito, os considerandos desta proposta mais parecem retirados das diversas intervenções da oposição quanto ao desordenamento e imagem algo caótica da nossa cidade santuário. -----

Por isso tanto nos batemos pela aprovação do PDM e do Plano de Urbanização de Fátima, tal como agora insistimos na rápida conclusão e aprovação do PU de Ourém. -----

Mas a questão que gostaríamos de ver devidamente esclarecida é a seguinte: -----

Que sociedade é esta, quem a constitui e o que se propõe fazer em particular? Não é o Plano de Pormenor instrumento bastante para poder intervir e mesmo o mais adequado? -----

Em que é que o Plano de Pormenor é insuficiente? Tendo sido recentemente criado um gabinete técnico local embora com outra finalidade não poderia ficar responsável para intervir nesta matéria com ganhos acrescidos uma vez que pela sua composição dá garantias de uma visão multidisciplinar? Criar mais uma sociedade não vem trazer custos e repartir responsabilidades? Que afectação de recursos do município está prevista? Não é o Plano de Pormenor o instrumento adequado para gerir interesses de forma transparente uma vez posto à discussão pública? -----

Sr. Presidente, também aqui temos dúvidas quanto à aplicação da lei a este caso, porque o que verdadeiramente se trata é de uma recuperação urbana e não uma requalificação e área crítica não será só a parte delimitada por este plano mas toda a cidade de Fátima.” -----

----- **Não se registando mais nenhum pedido de intervenção, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal submeteu, de imediato, a proposta a votação do plenário, tendo a mesma sido aprovada por maioria, com quatro votos contra e duas abstenções.** ----- --

----- De seguida, registou-se a declaração de voto do membro da Assembleia Municipal, senhor **MANUEL XAVIER TEIXEIRA GUERRA**: “Abstive-me na medida em que não tive oportunidade de conhecer e entender a Lei n.º104/2004, pelo que não votaria em consciência.

Ainda porque segundo a referida Lei, no seu artigo 6º, alínea a), prevê que a SRU «licencie e analise operações urbanísticas», competência que em meu entender deveria ser da Autarquia.”

----- A acta foi, por unanimidade, aprovada, em minuta, nesta parte, para efeitos imediatos.

02.05 – PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO.-----

-----A Senhora Presidente da Assembleia Municipal, verificando a presença de público na sala, informou de que poderiam intervir, bastando, para o efeito, proceder à sua inscrição.

Desta forma, registaram-se os seguintes pedidos de intervenção: -----

= **PAULO HENRIQUE DOS SANTOS FONSECA**, natural do Pinheiro, freguesia de Nossa Senhora da Piedade, fez a seguinte intervenção: “Queria lamentar a decisão que, por maioria, a Assembleia Municipal de Ourém acabou de tomar, pois ela confunde interesse público com interesse privado. -----

Na verdade, é caso para perguntar onde é que reside o interesse público: se no desenvolvimento de um projecto comercial privado ou se na manutenção do ambiente natural da área adjacente às margens da ribeira de Seiça, dada a importância que este território possui para a preservação de todo um ecossistema do qual o Homem é parte integrante? -----

Relativamente, aos argumentos que a Câmara Municipal trouxe a este órgão para justificar o interesse público na deslocalização do Intermarché do local onde se encontra não colhem.

Com efeito, é perfeitamente compatível a manutenção deste hipermercado no local onde se encontra com a reabilitação das margens da ribeira de Seiça. Pelo menos assim o demonstra o Mercado Municipal que se localiza na mesma área. Por outro lado, no que diz respeito à correcção da EN 113 junto à Corredoura segundo fonte bem informada houve durante vários anos verbas no PIDACC destinadas a este fim. Por que nunca realizou então a obra? Na

verdade, se existisse um verdadeiro interesse público na correcção deste troço viário ela há muito teria sido realizada, nem que tivesse de ser com recurso a expropriações. -----

Por fim, gostaria de dizer que a razão mas também o direito se encarregarão de remeter para o devido lugar a decisão hoje aqui tomada.” -----

= **DOMINGOS SALVADOR VASCONCELOS PATACHO**, na qualidade de Presidente da Direcção do Núcleo Regional do Ribatejo e Estremadura da QUERCUS – A.N.C.N., fez a seguinte intervenção: “O interesse público municipal deliberado pela Assembleia Municipal de Ourém, com o objectivo de desbloquear o processo do novo Intermarché de Ourém, associando à realocização do empreendimento, a rectificação do traçado da EN 113 na entrada poente de Ourém, carece de fundamentação legal. -----

A aprovação da proposta realocização do Intermarché não se enquadra, por se estar a confundir interesse privado com interesse público, quando existem outras alternativas de localização em concordância legal com o ordenamento do território. -----

Apesar de sempre termos afirmado não estar contra a construção do novo Intermarché de Ourém, consideramos fundamental que o mesmo deve cumprir as regras de planeamento e ordenamento do território existentes. -----

Tivemos duas reuniões com o Sr. Presidente da Câmara na tentativa de saber a abertura do executivo camarário/promotor para uma alteração ao projecto, para que este ficasse de acordo com a legislação ambiental e de ordenamento do território. Não existiu qualquer abertura por parte do Sr. Presidente da Câmara, tendo referido que o projecto estava aprovado. Na ausência de abertura para a alteração do projecto, referimos que não nos restava outra alternativa senão utilizar o nosso último recurso – interpor uma providência cautelar no Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria, para repor a legalidade que competia à Câmara assegurar. ---

Apelamos à Assembleia Municipal, nomeadamente aos deputados do PSD que tenham votado em consciência, na posição acabada de assumir, dado que, esta aprovação é demasiado grave, dadas as ilegalidades, considerando que o processo não foi devidamente esclarecido na Assembleia e que existe informação estratégica que não foi divulgada. -----

Lamentamos o facto do Sr. Presidente da Câmara trazer o caso do Túnel do Marquês em Lisboa, dado que é um assunto que nada tem a ver com esta Assembleia Municipal, confirmando-se que o processo do Intermarché é muito mais grave do que o Túnel do Marquês, dado que foram desrespeitadas leis e classificações de condicionalismos de ordenamento do território que permitiram o licenciamento indevido e o início das obras para a construção do supermercado em área não urbanizável. -----

Dada a gravidade deste processo, e a forma como a Câmara quer favorecer o interesse privado para resolver a situação, em detrimento da salvaguarda do interesse público do ordenamento, vamos até ao Supremo Tribunal Administrativo e às instâncias comunitárias se for necessário. -----

Tal como o referido inicialmente pelo presidente da Câmara, o pedido de informação prévia, nada tem a ver com o aprovado e licenciado pela Câmara, pelo que não existem quaisquer direitos adquiridos. -----

A Assembleia Municipal de Ourém, aprovou em 24 de Julho de 2002 o Plano Director Municipal sob proposta desta Câmara, após a concordância da Comissão Técnica de Acompanhamento do Plano à proposta de Regulamento e zonamento do uso dos espaços delimitados nas plantas, que deviam ser salvaguardados. -----

Existe, uma contradição entre o pedido de informação prévia que teve parecer negativo do técnico municipal, por não ter enquadramento legal, e a aprovação camarária do referido pedido. Consideramos que o executivo municipal não se pode desresponsabilizar da aprovação ilegal de todo este processo, nomeadamente com a indução da aprovação de um interesse público inexistente.” -----

-----Face a esta intervenção, tomando a palavra, o Senhor Presidente da Câmara sublinhou que os membros deste Órgão, independentemente se votaram contra, a favor ou se abstiveram, são pessoas devidamente esclarecidas e com legitimidade para tomarem decisões consoante o que entendem ser melhor para a população que os elegeram. -----

-----Antes de dar este ponto por encerrado, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal, leu a intervenção do membro da Assembleia Municipal, senhor **JOSÉ MANUEL**

PEREIRA ALHO, que se passa a reproduzir: “Na última reunião da Assembleia Municipal de 10 de Dezembro de 2004, invoquei a minha qualidade de cidadão para solicitar ao Sr. Presidente da Câmara Municipal de Ourém informação sobre a situação do caso Intermarché. -----

Esta comunicação escrita serve para registar a recepção da informação divulgada através da Ex.ma Sr.ª Presidente da Assembleia Municipal. -----

Quero, contudo, referir que a informação recebida se inscreve no período de entre 26 de Abril de 2004 e 24 de Janeiro de 2005. -----

Pela leitura da informação constato que na deliberação de 24 de Janeiro de 2004 (e anteriores) este assunto é referido como o processo n.º3797/2003 donde considero correcto inferir que existe um período até 26 de Abril de 2004 que está omissa na informação que me foi enviada.

Solicito que a existir informação sobre esse período inicial do processo essa me seja enviada. -

Respeitosamente.” -----

-----Por fim, e antes de dar por encerrado este período da Ordem de Trabalhos, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal lamentou que o Senhor Domingos Patacho para fazer valer a sua opinião tenha tido a necessidade de insultar os membros deste Órgão, insinuando que os mesmos não tinham conhecimento para opinar sobre o assunto em discussão. -----

----- Concluída a Ordem de Trabalhos desta sessão ordinária, a Senhora Presidente da Assembleia deu esta por encerrada, pelas dezoito horas e vinte minutos, da qual, para constar, se lavrou a presente acta que, depois de aprovada, vai ser assinada pelos Senhores Presidente da Assembleia Municipal e Primeiro Secretário.-----

-----A PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----O PRIMEIRO SECRETÁRIO